



MENSAGEM Nº 379, DE 2015.

Encaminha proposta de alteração do Decreto Legislativo nº277, de 18 de dezembro de 2014, que "Fixa o subsídio para a Presidenta e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013".

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada Simone Morgado

I – RELATÓRIO

A Exma. Senhora Presidente da República submete ao Congresso Nacional proposta de alteração do Decreto Legislativo nº 277, de 18 de dezembro de 2014, que *"Fixa o subsídio para a Presidenta e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga os Decretos Legislativos nº 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013"*.

A mensagem encaminhada pela Presidente da República sugere a alteração do Decreto Legislativo nº 277, de 2014, promovendo a redução de 10% (dez por cento) na sua remuneração, na do Vice-presidente da República e na dos Ministros de Estado.

A proposta insere-se no processo de racionalização e redução de despesas no âmbito do Governo Federal, em decorrência das dificuldades impostas pelo momento turbulento por que passa a economia mundial. Como consequência desse processo, outras medidas serão tomadas como a fusão de estruturas com objetivos complementares, extinção de estruturas redundantes, com consequente extinção de cargos.

Conforme a mensagem, a proposta visa a garantir um Governo mais leve, porém sintonizado com as políticas conduzidas ao longo da última década, as quais garantiram ganhos e avanços importantes no aspecto da redução da desigualdade econômica.

Com isso, a partir da entrada em vigor da medida, a remuneração dos referidos agentes públicos passará de R\$ 30.934,70 (trinta mil, novecentos e



trinta e quatro reais e setenta centavos) para R\$ 27.841,23 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos).

A economia produzida com a iniciativa, considerando a realidade de setembro de 2015, será da ordem de R\$ 1.690.670,16 (um milhão, seiscentos e noventa mil, seiscentos e setenta reais e dezesseis centavos) anualizado. Tal economia somar-se-á a das demais iniciativas, configurando compromisso do Poder Executivo com uma gestão fiscal responsável.

É o relatório.

II – VOTO

Cabe a esta Comissão, nos termos da alínea i do inciso X do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados fixar a remuneração dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos membros da magistratura federal.

A redução da remuneração da cúpula do Poder Executivo insere-se nas medidas de ajuste fiscal divulgadas pelo Governo Federal. Sob o aspecto orçamentário e financeiro, a proposta de redução de gastos, principalmente dos gastos obrigatórios, encontra-se compatível com os princípios da responsabilidade da gestão fiscal norteados no equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, voto pela aprovação da sugestão da Presidente da República, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresento anexo a este parecer.

Sala da Comissão, em 4 de novembro de 2015.

Deputada SIMONE MORGADO
Relatora



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2016
(DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO)**

Fixa o subsídio para a Presidente e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga o Decreto Legislativo nº 277, de 18 de dezembro de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal da Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, referido no inciso VIII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R\$ 27.841,23 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos).

Art. 2º O Poder Executivo regulará, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 277, de 18 de dezembro de 2014.

Sala da Comissão, em 4 de novembro de 2015.

Deputada SIMONE MORGADO
Relatora